



# PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Câmara de Vereadores de Navegantes
CNPJ:	83.551.531/0001-08
Endereço:	Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3342-1818
E-mail:	camaradenavegantes@gmail.com
Sítio Eletrônico:	www.cvnavegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Paulo Rodrigo Melzi
CPF	048.744.619-48
Cargo/Função	Presidente do Legislativo
Período de gestão	de janeiro a dezembro de 2020
Ato Nomeação e data	Ata de eleição de posse da mesa diretora 2020, 06/01/2020
Ato Exoneração e data	Ata de eleição de posse da mesa diretora 2020, 01/01/2021
Endereço Residencial	Rua Aldo Mário de Almeida, 558 - Apto 601
E-mail	vereador.paulinho@outlook.com

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

Tipo de cargo	Total de vagas		
	Criadas	Preenchidas	Por organograma
Cargo Efetivo	12	3	Servidor Efetivo
		0	Efetivo em Cargo Comissionado
Cargo Comissionado	20	15	Servidor Comissionado
		0	Efetivo em Cargo Comissionado
Cargo Político	61	11	Agente Político

*Fonte: portal da transparência, quadro de pessoal, informação de competência 12/2020.*

Descrição Da Vaga	Matrícula	Nome	Lotação
Agente De Serviços Gerais	5	Odenizia Rebelo	201 - ADMINISTRATIVO
Assistente Contábil	4	Vanildo Telles	201 - ADMINISTRATIVO
Assistente Legislativo	3	Solon Manoel Costa	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Comunicação Social	247	Mauricio Andre Daleffe	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	261	Induri Nunes De Souza	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	327	Romulo Cesar Pereira	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	310	Rogeria Moreira Inacio	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	324	Guilherme Carlo De Souza	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	331	Edineia Esperandio Da Silva	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	293	Dirceu Amilto De Ramos	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	323	Ueliton Mafra De Carvalho	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	330	Vanessa Claudia Felicio	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	322	Jucilene Maiara Rocha	201 - ADMINISTRATIVO
Assessor De Gabinete	329	Sandra Regina De Souza	201 - ADMINISTRATIVO
Chefe Do Gabinete Da Presidência	321	Marcia Aparecida De Mello	201 - ADMINISTRATIVO
Coordenador Financeiro	296	Andre De Freitas Chaves Pacheco	201 - ADMINISTRATIVO
Diretor Administrativo	320	Renan Valmor Baldança	201 - ADMINISTRATIVO
Procurador Geral	299	Luiz José Gaya Junior	201 - ADMINISTRATIVO
Vereador	169	Alicio Jacob Ricobom Filho	101 - VEREADORES
Vereador	271	José Dos Santos	101 - VEREADORES
Vereador	272	Sebastiao Alves Da Silva	101 - VEREADORES
Vereador	268	Jefferson Machado Macarini	101 - VEREADORES
Vereador	319	Waldelir Guarezi	101 - VEREADORES
Vereador	326	Valmir Cesar Francisco	101 - VEREADORES
Vereador	269	Cirino Adolfo Cabral Neto	101 - VEREADORES
Vereador	175	Samuel Viane Paganelli	101 - VEREADORES
Vereador	273	Jassanan Ramos	101 - VEREADORES
Vereador	315	Paulo Ney Laurentino	101 - VEREADORES
Vereador Presidente	270	Paulo Rodrigo Melzi	101 - VEREADORES

*Fonte: portal da transparência, quadro quantitativo por tipo de cargo, informação de competência 12/2020.*

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Navegantes/Sc:

Art. 27 Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município enumeradas nos artigos 12, 13 e 14 desta Lei Orgânica, especialmente:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de receitas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

III - fixação e modificação dos efetivos da guarda municipal;

IV - planos e programas municipais, distritais e secretarias de desenvolvimento;

V - transferência temporária da sede do Governo Municipal;

VI - organização administrativa e respectivas reformas;

VII - criação transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

VIII - aquisição, administração, alienação, arrecadamento e cessão de bens imóveis do Município;

IX - prestação de garantia, pelo Município, em operação de crédito a seu favor ou a seus órgãos da administração direta, indireta, ou fundação instituída pela municipalidade;

X - criação, incorporação, fusão e desmembramento de distritos;

XI - procedimentos em matéria fiscal da competência do Município;

XII - proteção, recuperação e incentivo à preservação do meio ambiente, respeitadas as legislações estadual e federal;

XIII - disciplinamento das áreas urbanas do Município;

XIV - conceder títulos honoríficos e homenagear pessoas.

Ainda de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Navegantes/Sc:

Art. 28 Compete privativamente à Câmara Municipal:

I - eleger sua mesa;

II - emendar esta Lei Orgânica;

III - autorizar referendo e convocar plebiscito, mediante solicitação subscrita por no mínimo dois terços de seus membros;

IV - resolver sobre acordos ou atos intermunicipais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

V - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos, e:

a) conhecer de suas renúncias;

b) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para interromper o exercício de suas funções;

c) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para se ausentarem do País, e do Município para dentro do País quando a ausência exceder a quinze dias.

VI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VII - mudar temporariamente sua sede;

VIII - Fixar subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõe a Constituição Federal nos arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016)

IX - apreciar e julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito, inclusive os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XI - fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos da administração direta e indireta do Município;

XII - manter uma comissão de fiscalização dos gastos públicos, com amplos poderes de controle e vistoria, conforme o estabelecido em lei;

XIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face das atribuições normativas do Poder Executivo;

XIV - suspender, no todo ou em parte, a execução de lei municipal declarada ilegal ou inconstitucional por decisão do Tribunal de Justiça do Estado;

XV - solicitar, quando couber, intervenção estadual no Município;

XVI - pronunciar-se sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas do território municipal, quando solicitado pela Assembleia Legislativa, a quem de direito;

XVII - promover, na forma da lei federal, ou por deliberação da maioria absoluta dos membros, a instauração de processo contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e funcionários do primeiro escalão do governo do Município, decretando a perda do mandato e/ou cargos, na forma da lei;

XVIII - proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal quando não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura anual da sessão legislativa;

XIX - elaborar o seu Regimento Interno;

XX - dispor sobre sua organização, funcionamento criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação das respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXI - conceder licença aos Vereadores;

XXII - votar propostas de emendas à Constituição Estadual.

XXIII - Fixar o subsídio dos Vereadores, o qual será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos nesta Lei Orgânica e os limites máximos dados pela Emenda Constitucional nº 25 de 2000. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016).

## II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Prog.	Título do Programa	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP.	DESP LIQ.	DESP PAGAS
1.125	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara de Vereadores	50.000	1			
1.126	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	450.000	1			
2.119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	5.055.000	5.554.998	4.934.480	4.934.480	4.934.480
<b>Total Geral</b>		<b>5.555.000</b>	<b>5.555.000</b>	<b>4.934.480</b>	<b>4.934.480</b>	<b>4.934.480</b>

Situação metas físicas:

nº Ação	Descrição Ação	Quantidade	Produto	Unidade de Medida	Quantidade	% Execução
1.125	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara de Vereadores	1	Imóvel Câmara	UN	Sem respostas	Sem Resp.
1.126	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	1	Área Construída	M²	Sem respostas	Sem Resp.
2.119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	1	Ano	UN	Sem respostas	Sem Resp.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

### III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

#### IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres neste exercício por parte desta unidade gestora.

#### V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Pregão Presencial	0	0	11.032,00	<b>11.032,00</b>
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	81.599,60	287.372,83	<b>368.972,43</b>
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	1.332,22	<b>1.332,22</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>81.599,60</b>	<b>299.737,05</b>	<b>381.336,65</b>

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V, item V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Diário Oficial dos Municípios" CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Portaria 1181 de 06 de março de 2020. Fiscais de Contrato: João Paulo Garcia Pires e Douglas Lemos
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Canto, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 178/2019. CONTRATO Nº 391/2019 PMN. Vigência: 01/01/2020 – 31/12/2020

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Leis Municipais" Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Portaria 1180 de 06 de março de 2020. Fiscais de Contrato: Fernanda Hassmann Constâncio e Tatiana de Alencar Carlini
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 240, nº 400 Bairro Meia Praia, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Processo: Inexigibilidade nº 174/2019 CONTRATO Nº 389/2019 PMN Vigência: 12 meses. 01/01/2020 – 31/12/2020

c) informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas (ou não) no exercício, demonstrando: recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não consta recomendações expedidas neste exercício para esta unidade gestora.

d) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Nro Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
387	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	4	IV.3. RECOMENDAR à Câmara de Vereadores a anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes no Relatório Técnico.	Recomendação Não Atendida	3Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
388	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	5	IV.4. RECOMENDAR ao Município de Navegantes que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.	Recomendação Não Atendida	3Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento., 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
389	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	6	IV.5. SOLICITAR à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual)	Recomendação Não Atendida	3Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
390	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	7	IV.6. DAR CIÊNCIA ao Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e do Relatório DMU n. 456/2018 que o fundamentam, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Navegantes.	Recomendação Não Atendida	3Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 6B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 5B/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
531	17/09/2020	Tribunal de Contas	Processo n.: @PCP 20/00089784	Câmara de Vereadores	Comunicar o TCE-SC sobre o resultado do julgamento das contas	3.8	3.8. Solicita à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual)	Recomendação Não Atendida	3Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.



VI - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade celebrados de acordo com Lei nº 9.637/2008 - OSs.

VII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício celebrados de acordo com Lei nº 9.790/1999 - OSCIPs.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2021.

Paulo Rodrigo Melzi  
Presidente do Legislativo